Desenvolver uma regulamentação para os importadores

Développer une réglementation des importateurs

REDE REDE REDE

-- 1 de 2 --

O setor florestal camaronês conheceu uma melhoria significativa em sua transparência, principalmente devida à colaboração do governo com um controlador independente da aplicação das leis florestais e da governança. O governo autoriza um controlador externo a examinar detalhadamente suas atividades e a publicar o resultado de suas investigações. As consequências principais incluem a redução das práticas ilegais das empresas de exploração madeireira para evitar aparecer nesses relatórios públicos. Uma investigação oficial sobre a corrupção dentro do ministério das florestas, bem como a revisão e anulação de licenças de exploração e de sistemas de aplicação das leis controvérsias. Benefícios comparáveis devem seguir na República do Congo, onde uma colaboração semelhante começou recentemente. Andrea Vincent Controlador Independente das florestas, monitoramento da extração de recursos (REM), Camarões Embora sejam bilaterais e voluntários, os acordos de parcerias e os sistemas de auto-autorização que serão desenvolvidos neste contexto, encaram um certo número de desafios, pode ser possível, por exemplo, continuar a exportar madeira ilegal para a União Europeia passando por países que optam por não entrar nos acordos de parcerias. A UE não pode abordar diretamente essa questão devido às leis internacionais de comércio estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), mas incentiva ativamente a adoção do sistema de autorizações FLEGT pelos governos parceiros e pelo setor privado. Para melhorar a reconhecimento dentro das empresas europeias, atualmente explora a implementação de opções regulatórias com base no princípio da obrigação de meios (due diligence). Isso significaria que os comerciantes de madeira seriam obrigados a implementar procedimentos que lhes permitam fornecer uma garantia razoável de que as madeiras e produtos derivados importados ou produzidos dentro da UE – são de origem legal. Mesmo que a medida proposta não faça explicitamente com que a prova de legalidade seja uma obrigação para a venda, ela sem dúvida incentivaria os compradores a se abastecerem de madeira verificada/ certificada. Se fosse adotada, essa regulamentação também permitiria alinhar o mercado da UE com a revisão recente do Lacey Act nos EUA, que considera a venda ou importação de madeira ou produtos derivados ilegais um crime federal. O acordo de parceria voluntária (APV) entre a UE e a Malásia no âmbito do plano de ação do FLEGT é uma política positiva em resposta à mudança de atitude dos consumidores na UE. Ele garantirá um acesso contínuo ao mercado para os produtos de madeira malaios obtidos de forma legal nos mercados da UE. Ele fornecerá a garantia aos consumidores da UE de que apenas produtos de madeira legais com licença FLEGT poderão entrar no mercado da UE. M.Lee Ley Yew Parceiro do setor privado do plano de ação para o comércio de madeira da UE Bortim, Malásia

-- 2 de 2 --